



## CÂMARA MUNICIPAL

### Edital

Joaquim Manuel dos Santos Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro e pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e do artigo 153.º da Lei n.º 144/2017, de 29 de dezembro, que aprova o orçamento de estado de 2018, faz saber que é **obrigatória a gestão de combustíveis (limpeza de terrenos) que estejam numa das seguintes situações:**

#### **A. Terrenos envolventes a edifícios inseridos em espaços rurais**

Durante o ano de 2018 e **até 15 de março**, os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos nestas circunstâncias, **são obrigados a proceder à gestão de combustível**, numa faixa com as seguintes dimensões:

- a) largura não inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior do edifício sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;
- b) largura não inferior a 10 metros, medida a partir da alvenaria exterior do edifício sempre que esta faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outro tipo de usos.

#### **B. Terrenos em espaços florestais envolventes a aglomerados populacionais, perímetros industriais e parques de campismo**

Durante o ano de 2018 e **até 30 de abril** os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos nestas circunstâncias, **são obrigados à gestão de combustível** numa faixa de largura mínima não inferior a 100 metros, medida a partir do limite exterior dos referidos polígonos.

#### **C. Terrenos em espaços florestais envolventes a arruamentos municipais**

Durante o ano de 2018 e **até 30 de abril** os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos nestas circunstâncias, **são obrigados à gestão de combustível** numa faixa de largura mínima não inferior a 10 metros, medida a partir da berma do arruamento.

Durante o ano de 2018, as coimas pela não execução dos trabalhos da gestão de combustíveis, são aumentadas para o dobro, ou seja, a não execução das limpezas até 15 de março, ou 30 de abril, conforme as situações, implica o pagamento de coimas no valor de 280,00 € a 10.000,00 €, no caso de pessoa individual e de 1.600,00 € a 120.000,00 €, no caso de pessoa coletiva.

Verificando-se o incumprimento da gestão do combustível até ao limite dos prazos referidos, a Câmara Municipal ver-se-á obrigada a instaurar o respetivo processo de contraordenação e a substituir-se aos faltosos na realização dos trabalhos de gestão de combustível, nos termos da Lei.

De acordo com o atual quadro legislativo, os incumpridores são obrigados a permitir o acesso aos seus terrenos e a ressarcir a Câmara Municipal das despesas efetuadas com a gestão do combustível.

Para constar e devidos efeitos se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, e eu, Carlos Amador Ferraz Afonso, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

Paços do Município da Murtosa, 05 de fevereiro de 2018, O Presidente da Câmara,

Joaquim Manuel dos Santos Baptista (Joaquim Baptista)